

Manifesto denuncia Amacro, invasões a territórios e mercantilização da natureza

Página 3

PORANTIM

Em defesa da causa indígena

Ano XLVII • Nº 471 • Brasília-DF • Dezembro 2024

FALSAS SOLUÇÕES: a armadilha que ameaça a vida dos povos indígenas

Missionários, lideranças indígenas e assessores da entidade, trataram das diferentes faces de um mercado que busca, por meio de soluções fáceis, capitalizar territórios indígenas

Páginas 8 e 9

O CONTO DA CABEÇA QUE VIROU A LUA

Páginas 4, 5, 6 e 7

JUSTIÇA É ACESSO A ÁGUA E NÃO A BALAS

Páginas 10 e 11

A armadilha do mercado: falsas soluções, reais destruições

O capitalismo contemporâneo, herdeiro direto do processo de colonização, não apenas se estabelece como uma continuidade histórica da invasão territorial, mas também como a principal engrenagem de problemas sistêmicos. Esse modelo econômico subsiste gerando e reproduzindo crises — sociais, políticas, econômicas e ambientais — que, em vez de solucionados, são intensificados por ‘soluções’ que aprofundam as desigualdades e reafirmam a lógica exploratória sobre povos e territórios.

Essa dinâmica coloca os povos indígenas no cerne de uma luta que transcende a posse da terra, configurando-se como um embate pela preservação de sentidos, saberes e formas de existir que desconstruem as bases desse sistema. A luta indígena pela terra, mais do que um enfrentamento territorial, é a resistência contra a estrutura que reduz a natureza e os povos a mercadorias, contra a mercantilização do sagrado e a coisificação das relações humanas em interface com o meio ambiente.

O mercado apresenta falsas soluções travestidas de progresso, sob o pretexto de resolver as crises que ele próprio engendra. Projetos de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD), que buscam compensações financeiras por meio de créditos de carbono, exemplificam essa lógica. Tratam-se de iniciativas que, ao se apropriarem de territórios indígenas sob o discurso de sustentabilidade, neutralizam as lutas por direitos e autonomia, perpetuando a exploração e a predação de culturas de povos indígenas. É a comercialização da natureza financiada por empresas e governos que continuam a poluir e explorar, lucrando sob o disfarce de uma responsabilidade socioambiental.

A transição energética, frequentemente apresentada como alternativa à crise climática, por exemplo, ilustra bem esse mecanismo. Longe de repensar as bases do consumo desenfreado, aposta na ampliação da exploração de recursos naturais, devastando territórios e aniquilando modos de vida. A contradição segue evidente: enquanto o capitalismo reivindica para si a condição de solução, ele agrava a crise ambiental que coloca em risco a existência da humanidade e do planeta.

No Brasil, essa lógica se materializa em medidas políticas, como a Lei 14.701, que impõe o marco temporal para a demarcação de terras indígenas. Trata-se de um ataque direto aos direitos originários, garantidos pela Constituição de 1988 como cláusulas pétreas. A criação da Câmara de Conciliação sobre o tema ilustra um pacto tácito entre elites econômicas, políticas e jurídicas para modular decisões em favor de inte-

resses privados e econômicos, sobretudo do agronegócio e da mineração. Essa tentativa de conciliar o inconciliável — direitos humanos fundamentais — revela a fragilidade das instituições no enfrentamento às forças que historicamente promovem a espoliação dos territórios indígenas. Para o mercado, é imprescindível o acesso ao território, e esse processo sempre se traduz em tentativas de deslegitimar os povos indígenas, buscando garantir que sua luta não interfira nas dinâmicas de exploração e controle.

No cenário internacional, por sua vez, a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2024 (COP29), realizada no Azerbaijão, trouxe à tona mais uma vez as falácias que sustentam o discurso da “sustentabilidade” global. Alessandra Korap Munduruku, liderança indígena, é enfática ao criticar a ausência de ação efetiva nos debates, destacando que as políticas climáticas falham em ouvir as populações expostas aos impactos do aquecimento global.

As palavras de Alessandra, ao descrever a postura negacionista e descomprometida das lideranças globais, ecoam uma verdade desconfortável para as políticas ambientais dominantes. Os encontros mundiais historicamente têm falhado em apresentar soluções concretas e, infelizmente, a COP29 não poderá, por si só, trazer verdadeiras soluções e justiça climática para os povos. A expectativa para a COP30, que ocorrerá em Belém, é igualmente alarmante, com o receio de que o governo brasileiro negocie, mais uma vez, as terras indígenas em detrimento dos direitos desses povos, alerta a liderança indígena.

A luta de Alessandra em defesa dos territórios indígenas, se contrapõem às falsas soluções do mercado e revela outras possibilidades de estar no mundo, baseadas em saberes múltiplos e práticas que em sua natureza escapam à lógica predatória do capitalismo. É uma luta pelo sentido de território, pelo vínculo com ele.

O verdadeiro enfrentamento às crises climáticas e sociais exige o reconhecimento de que os modos de vida indígenas são, em si mesmos, respostas potentes às contradições de um sistema em colapso. Nesse contexto, é imperativo que a sociedade brasileira e as instituições democráticas abandonem as armadilhas do capital. Os territórios indígenas devem ser preservados como espaços de autonomia e resistência. A luta dos povos indígenas é, acima de tudo, uma luta pela vida — uma vida que desafia o mercado e suas soluções ilusórias, propondo caminhos que apontam para um futuro possível e plural.

Porantimadas

Terra devolvida, cicatrizes permanentes

A Terra Indígena Nhanderu Marangatu, no Mato Grosso do Sul, foi oficialmente devolvida aos Guarani Kaiowá após a saída dos fazendeiros no dia 14 de novembro, viabilizada por um acordo de R\$ 146 milhões, incluindo R\$ 27 milhões por benfeitorias que deixaram um rastro de destruição ambiental e cultural. O Estado, ao cumprir sua obrigação constitucional, restaurou o decreto de homologação suspenso desde 2005, reconhecendo o óbvio: Nhanderu Marangatu sempre foi terra indígena, e os fazendeiros, invasores. O acordo carrega consigo décadas de esbulho, violência e negligência estatal, em que vidas foram perdidas e a terra, arrasada. Apesar da devolução, os Guarani Kaiowá enfrentam agora o desafio de reconstruir seu tekoha, enquanto o peso de uma reparação insuficiente ainda paira sobre o Estado.

Prorrogada negociação do inegociável

No dia 21 de novembro, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu prorrogar até 28 de fevereiro de 2025 os trabalhos da câmara de negociação sobre a Lei 14.701/2023. Conhecida como Lei do Genocídio Indígena, a legislação consolidou a tese do marco temporal, que já foi declarada inconstitucional pelo plenário do Supremo no ano passado, em favor dos povos indígenas. A tese do marco temporal limita os direitos territoriais dos indígenas às terras que estavam sob sua posse no dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição, ou às que estavam em disputa judicial na época, ignorando o longo histórico de esbulho possessório e violência praticada contra os povos. Em agosto, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e suas organizações regionais se retiraram da câmara, afirmando que não negociariam a revisão de direitos já consagrados na Constituição e na Convenção nº 169 da OIT. Mesmo sem a presença legítima do movimento indígena, Mendes decidiu seguir com as discussões, que estavam previstas para terminar em 18 de dezembro.

Lula diz querer deixar “legado”

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) homologou, no dia 4 de dezembro, mais três terras indígenas: Monte-Mor, na Paraíba, Morro dos Cavalos e Toldo Imbu, ambas em Santa Catarina. “Se um dia me perguntarem meu legado na Presidência, vão dizer: o cara que mais autorizou terras indígenas nesse país, foi no meu governo”, afirmou. Homologar o território é o penúltimo passo da demarcação, sendo feito antes do registro em cartório. Garantir a segurança das terras indígenas é uma das promessas de campanha de Lula, tema no qual ele tenta avançar antes do fim de 2024. “Temos mais dois anos para legalizar e entregar todas as terras”, comentou o presidente. Além disso, o titular do Planalto falou planejar receber na próxima semana o governador de Alagoas, Paulo Dantas (MDB), para tentar regularizar a região ainda em dezembro. “Não teremos preocupação de brigar com quem quer que seja para que a gente faça valer nossa Constituição”, disse Lula. (Com informações do Metrôpoles).

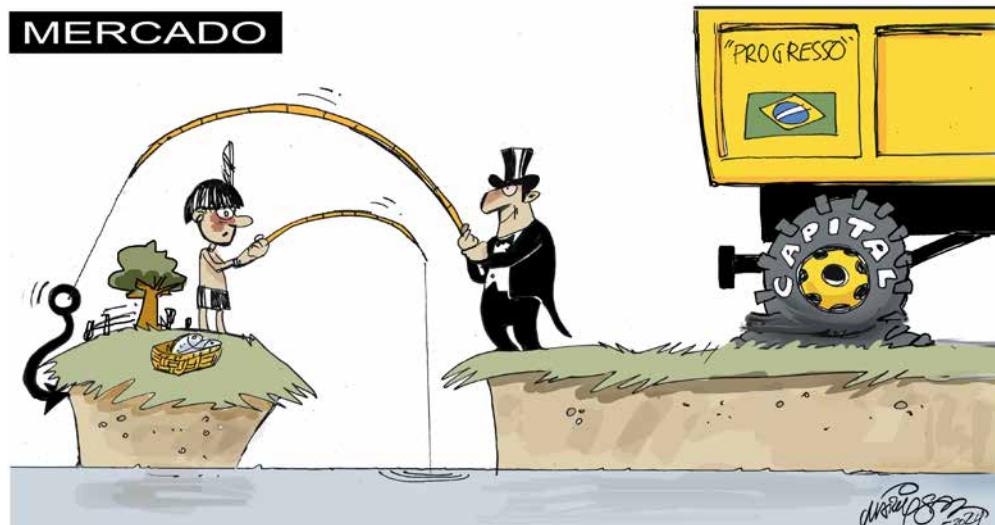




Foto final do encontro revela unidade sendo construída a partir das bases contra a Amacro

Manifesto denuncia Amacro, invasões a territórios e mercantilização da natureza

Em evento, povos indígenas e pequenos agricultores do Mato Grosso, Rondônia, Acre e Amazonas debateram estratégias de enfrentamento contra o avanço das fronteiras do agronegócio, da mineração e de grandes empreendimentos

Por Assessoria de Comunicação – Cimi

Para tratar dos impactos do avanço das fronteiras agropecuárias nos territórios ocupados por populações tradicionais e áreas de conservação, povos indígenas e pequenos agricultores do Mato Grosso, Rondônia, Acre e Amazonas se reuniram em Porto Velho (RO), entre os dias 12 e 14 de novembro, para debaterem estratégias de enfrentamento da roda do desmatamento e destruição associada à Lei 14.701/23, a chamada Lei do Marco Temporal. Ao término do encontro, os povos presentes redigiram um manifesto contendo suas mais destacadas motivações de resistência.

Parte das comunidades presente no encontro pertencem a Amacro, um acrônimo dos estados do Amazonas, Acre e Rondônia que compõe a Zona Especial de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia, criada pelo governo federal para o avanço das fronteiras do agronegócio, da mineração e de grandes empreendimentos.

“Nunca fomos consultados ou fizemos parte das discussões sobre Amacro. Sabemos o que é pelas organizações que nos apoiam, como o Cimi, nossos aliados nas universidades, professores e pesquisadores. Enquanto defendemos territórios para a vida, a Amacro quer a morte deles para colocar pasto, plantar soja. As invasões já começaram”, denuncia Fernandino Quazar Aikanã, um dos participantes do evento.

Os dados alertam

A “sustentabilidade” de inúmeros projetos é diariamente questionada pelos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, sem terras e ambientalistas. Segundo o Sistema de Alerta de Desmatamento do Imazon (SAD), em 2022, a Amacro, foi responsável por 36% do desmatamento na Amazônia legal⁽¹⁾. A abertura de áreas para a agropecuária cresceu em média 5,61% por ano de 2018 a 2022, mais que o dobro da média para o bioma no Brasil, segundo análise exclusiva da InfoAmazonia⁽²⁾.

Os dados, que tiveram como base as informações da rede MapBiomias, aponta que “em 20 anos, de 2003 a 2022, a área destinada ao agronegócio na Amacro mais que dobrou de tamanho e chegou a 7,2 milhões de hectares, um território maior do que o da Irlanda. Atualmente, em 13 dos 32 municípios que compõem a região, a agropecuária já ocupa uma área maior do que a floresta”, alerta.

“Denunciamos o avanço da nova fronteira agrícola, chamada Amacro, sobre os territórios indígenas e sobre a floresta, trazendo grandes impactos aos povos indígenas e às comunidades tradicionais com o avanço da plantação de soja, milho, sorgo e uso abusivo de veneno nesses plantios causando doenças em nossas comunidades, poluindo os rios, lagos, igarapés e lençol freático, matando nossos peixes e contaminando todo o ecossistema”, alerta o manifesto elaborado no encontro.

A denúncia é central, pois levanta a questão da verdadeira natureza dos projetos que, na visão dos povos indígenas, serve como uma fachada para justificar a continuidade da exploração predatória dos recursos naturais e dos territórios.

O mercado de carbono, frequentemente promovido como uma solução para a crise climática, também foi alvo de críticas durante o encontro. O REDD (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal) foi apontado como mais uma forma de manipulação do sistema em que as grandes indústrias poluidoras se beneficiam sem nenhum benefício ambiental. Pelo contrário, promove uma falsa “compensação” pelas emissões de carbono, enquanto mantém a dinâmica destrutiva dos grandes projetos. “As terras indígenas passam a não ter mais usufruto exclusivo, são vigiadas, os desmatamentos não cessam e o povo acaba pagando a conta enquanto (indústrias) seguem poluindo. É uma enganação”, enfatizou Fernandino Quazar Aikanã.

O REDD, como uma proposta de mitigação das emissões de carbono, segundo os povos tradicionais, não resolve os problemas fundamentais de degradação ambiental. Em vez disso, ele cria um cenário onde os verdadeiros responsáveis pela crise climática continuam a agir impunemente, enquanto as comunidades indígenas e tradicionais são forçadas a aceitar contratos, colocando sua autonomia e sustentabilidade em risco.

“Com a ausência do Estado, não demarcando e protegendo as terras indígenas, as comunidades estão à mercê da sua própria sorte, com empresas aliciando os povos originários e tradicionais para aceitar contratos de REDD, sem que estes povos entendam como funcionam e o que são esses contratos. Após ter analisado e discutido esse tipo de projeto, chegamos à conclusão de que ele não pode trazer benefícios de longo prazo para nossas comunidades e nem para as catástrofes ambientais”, diz o manifesto.

O futuro se aproxima

A crítica ao governo brasileiro e à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) pelo tratamento dispensado aos povos indígenas isolados foi um dos destaques do evento, que enfatizou a gravidade das ameaças ao futuro desses povos. O avanço de projetos como a Rodovia Binacional e a “Ferrovia para o Pacífico” são vistos como ameaças diretas às áreas de biodiversidade intocadas, áreas de maior biodiversidade do Planeta, representando um risco irreparável à sobrevivência dos povos indígenas isolados e à preservação do meio ambiente.

Outra reivindicação é o reconhecimento das lideranças indígenas e das comunidades tradicionais de base como protagonistas no debate climático, com acesso direto às informações e participação ativa na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30), que acontecerá em Belém.

“Sabemos que a COP30 vai acontecer no Brasil. O governo não representa as comunidades indígenas e tradicionais de base na COP30 e as lideranças indígenas que estão vinculadas ao governo não representam as comunidades indígenas e tradicionais de base. Queremos ressaltar que as lideranças indígenas e povos tradicionais das aldeias e comunidades querem ter informações sobre a COP e nos posicionar nesse debate. Entendemos os REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal) e REM (programa do governo alemão para premiar “pioneiros do REDD”) como projetos de falsas soluções para a crise climática”, destaca a carta, que conclui com um apelo contundente a todos os segmentos da sociedade para se mobilizarem contra os ataques aos direitos indígenas. “Nossas terras não estão disponíveis para comércio, mineração e a substituição das nossas florestas para dar lugar ao agronegócio. Resistiremos!”.

⁽¹⁾ Bianca Santos et al. *Dinâmica do Desmatamento na Região Amacro com o Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD)*. In: *Anais do XX Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, 2023, Florianópolis*. Anais eletrônicos..., INPE, 2023. Disponível em: <<https://proceedings.science/sbsr-2023/trabalhos/dinamica-do-desmatamento-na-regiao-amacro-com-o-sistema-de-alerta-de-desmatament?lang=pt-br>>. Acesso em: 10 Dez. 2024.

⁽²⁾ BISPO, Fábio. Mais de um terço dos municípios da AMACRO já tem mais área para agropecuária do que floresta. InfoAmazonia, 23 ago. 2024. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2024/08/23/mais-de-um-terco-dos-municipios-da-amacro-ja-tem-mais-area-para-agropecuaria-do-que-floresta/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

O conto da cabeça que virou a Lua

Notícias sobre os caminhos e descaminhos Madija no Acre e sul do Amazonas - **PARTE 1**

Por **Renato Santana**, da Assessoria de Comunicação do Cimi

Maji apanhava as frutas do chão e as atirava contra as nuvens, despertando torrentes incontrolláveis. O curimbatá caía do céu tempestivo com os relâmpagos, povoando os lagos. Neste tempo, as onças ainda não semeavam a banana, a macaxeira e o mamão. A Lua não existia. Dois irmãos costumavam contemplar as estrelas, que surgiram antes de tudo. Um dos irmãos as olhava sonhando com a guerra. O outro, rindo, pensava em toda diversão possível debaixo deste manto cravejado. Certa noite, enquanto caminhavam pela mata, encontraram uma maloca e, nela, o insólito. O irmão que ansiava pelo encontro com o inimigo, a guerra mítica, se precipitou maloca adentro e foi surpreendido por um golpe de terçado, que lhe arrancou a cabeça de uma só vez. Do chão, vendo o próprio corpo alvejado por dezenas de flechas, gritou ao outro: corra! Incólume aos ataques, o irmão que desejava diversão, e encontrou a guerra, atendeu à ordem. Correu até chegar a um igarapé, arfando e com a boca seca. Ainda aturdido, levando de forma desesperada água à boca, ouviu algo se arrastar pela mata e, ao virar-se, se deparou com a cabeça do irmão em seu encaço. Por um instante, e com o corpo trêmulo, o irmão achou que fosse um pesadelo; Maji indo visitá-lo com imagens absurdas, assustadoras. Pouco antes, ele pensou que, quando a cabeça o mandou correr, se tratava da própria imaginação sobressaltada. Mas a cabeça estava ali, viva. Nunca antes havia presenciado nada igual*.

Me dê água, irmão, estou com sede! Me dê água! Se recompondo, o irmão deu de beber à cabeça cujo semblante estava paralisado em uma careta. A água entrava pela boca escorrendo para o chão através da garganta aberta. Em desespero, diante do trabalho amaldiçoado, o irmão fugiu para casa buscando ajuda da mãe. Mãe e filho se fecharam na maloca em pânico com o ocorrido. A cabeça, porém, seguiu para casa e, logo depois, gritava pela mãe e pelo irmão no terreiro em busca de ajuda para solucionar a terrível condição: uma cabeça sem o corpo para guerrear. A mãe sentiu pena do filho e de seu destino insólito de ser uma cabeça neste mundo de corpos em conflito. Preciso me transformar em algo, mãe. Em que posso me transformar? Chegaram à conclusão cósmica: a cabeça deveria virar a Lua, já que ainda não existia uma. Vou subir e, de lá, ficar olhando para você, mãe. Como um dos seres mais fortes existentes, a onça lançou a cabeça ao céu noturno. As estrelas e a lua iluminaram juntas pela primeira vez a noite dos Madija. Não se sabe ao certo quanto tempo se passou depois disso, sendo o tempo algo não criado por Maji. Hoje em dia, os Madija, também chamados de Kulina, vivem fora das 'odsabeje', a antiga casa coletiva, enfrentando a noite que há dentro da noite. A guerra passou a ser contra as estruturas burocráticas do Estado e contra aqueles que levam vantagem sobre as dificuldades dos Madija em se adequar à linguagem e modos da sociedade envolvente e repelente; a diversão se tornou perigosa para os Madija, propensa a transformar a desolação e o desassossego existenciais em autodestruição. A



O Cimi Regional Amazônia Ocidental relata ter percebido a mudanças ao longo da realização das assembleias dos Madija: "aumento de interesse, engajamento, vontade de querer fazer diferente, de retomar os costumes e sabedoria tradicional"

existência Madija está visivelmente partida, dissociada e, neste momento, o povo busca alternativa a tal condição disseminada como epidemia entre seus integrantes - como a cabeça do irmão, que precisou criar algo inexistente para transcender à perda do corpo no encontro com o inimigo.

Ainda há a Lua sobre os territórios do povo no Acre e no sul do Amazonas - a grande cabeça do irmão envolvido pela guerra e que, ao lado do irmão ansioso pela diversão, encontrou o insólito nas dobras míticas do real. Ainda há o apego entre os integrantes dos 13 clãs do povo - e de cada família nuclear - às suas crianças e aos animais, que os acompanham. Para pequenas ou longas viagens, a aldeia vai junto como o jabuti que leva o casco em sua jornada. Ainda há o desejo pela guerra, que costuma se manifestar em uma torrente violenta, incompreensível para quem não é do povo e tratada com violência similar pela polícia e habitantes de cidades como Manoel Urbano (AC), Feijó (AC), Envira (AM), Eirunepé (AM) e Ipixuna (AM), na calha do rio Juruá e também nas margens dos rios Purus e Jutaiá. Há o silêncio, certa timidez altiva, a dignidade em definir a própria morte em junção ao horror que os levam a tal desfecho. Ainda há o olhar profundo de um povo

“Os anciãos contam histórias antigas para quem deseja ouvi-las - as figurações simbólicas da linguagem. Nas letras da *adsaba*, cantada pelas mulheres, sabe-se que a Lua não fechou os olhos ou as estrelas se apagaram. Porém, nas terras onde do céu os peixes caíam, e Tamaco e Quira, que tinham as onças como avós, criaram o povo Madija, há grandes tristezas e preocupações.”

que existe para além do tempo contável, imbuídos por vasta e complexa cultura. Ainda há a língua, sistema mais amplo do que um conjunto de palavras, capaz de alterar o que pensamos sobre linguagem de um modo geral: para os Madija, os números são expressos por verbos (verbos numerais), por exemplo. Ainda há atualmente a opressão linguística: uma fronteira imposta pela ausência do ensino bilíngue da língua portuguesa nas escolas do povo, aumentando ainda mais o deslocamento existencial dos Madija e a dificuldade de entender o sistema linguístico do não indígena. Acabam sofrendo nas mãos de golpistas e comerciantes (chamados pelos Madija de 'patrões') que retêm cartões de banco e benefícios, cobrando taxas, inventando dívidas com juros elevados e inflacionando preços de produtos. Nos barrancos dos trechos dos rios que passam pelas cidades, os Madija acabam ficando à espera do próximo mês para saber se sobrá dinheiro para a gasolina e mantimentos da viagem de volta às aldeias. Enquanto esperam, plantam macaxeira, pescam, perambulam pelas cidades e tentam sobreviver como 'estrangeiros' indesejados. Ainda há, portanto, um povo e as suas circunstâncias.

Os anciãos contam histórias antigas para quem deseja ouvi-las - as figurações simbólicas da linguagem. Nas letras da *adsaba*, cantada pelas mulheres, sabe-se que a Lua não fechou os olhos ou as estrelas se apagaram. Porém, nas terras onde do céu os peixes caíam, e Tamaco e Quira, que tinham as onças como avós, criaram o povo Madija, há grandes tristezas e preocupações. Madija pode ser traduzido como "os que são gente". No entanto, não é assim que os Madija se sentem: costumam ouvir nas cidades que frequentam ofensas de que "nem gente são". Na prática, é assim que são tratados. São 17 horas na aldeia Cacau, sul do Amazonas, município de Envira (AM), às margens do rio Tarauacá. O mês de maio se encaminha ao fim. A escola está fechada, com sinais de desuso prolon-

(*) A história faz parte do livro *Ima Bote Madijacca - Mitos Madija*, publicado pelo Regional Amazônia Ocidental do Conselho Indígena Missionário (Cimi) e organizado por Rosenilda Nunes Padilha, Walter Sass e Igor Nunes Padilha.

gado. De uma ou duas casas Madija chega algum som. A ponta de uma imensa maloca, ao fundo da aldeia, às margens da floresta, desponta o mato alto, que avança sobre os terreiros interligados por caminhos estreitos e quase apagados. “A aldeia Cacau costumava ser bastante habitada, eram dezenas de famílias. O município a usava como atrativo para o turismo. Hoje, são cinco famílias, no máximo. Não há mais turismo ou quaisquer outras atividades que mantenham a aldeia ativa. Muitos cometeram suicídio, outros morreram adoecidos pelo alcoolismo ou assassinados. Uma outra parte se deslocou para outras aldeias na própria Terra Indígena”, explica Zuwra Madija.

Para chegar à aldeia Cacau, é preciso atravessar um aterro sanitário. Caminho repleto de sinuosidades em meio aos restos descartados pelos mais de 20 mil habitantes do Envira. Depois de passar pelo ‘lixão’, é preciso enfrentar cerca de 3 km até a fronteira da Terra Indígena Cacau, passando por fazendas de gado. Nos meses de chuva, todo este caminho é convertido em um lamaçal misturado ao chorume desprendido das montanhas de lixo. A estrada, por sua vez, fica intrafegável até mesmo para veículos com tração. Durante todo o trajeto é possível cruzar com um Madija aqui e acolá, indo e vindo entre a aldeia Cacau e a cidade. Diante da fragilidade comunitária, invasores passaram a retirar madeira da aldeia. Os relatos de mortes violentas se desdobram em um cenário de redução populacional, tendo como principais vítimas jovens entre 13 e 16 anos. Na cidade, é comum ver muitos deles jogados nas calçadas entregues ao alcoolismo. “Urinam sobre eles, jogam lixo e também os matam como se fosse uma brincadeira. Vira e mexe amanhece um parente morto nessas condições. Isso leva o jovem a não ver perspectiva. Então, ele se mata, sobretudo se enforcando”, lamenta Zuwra.

A desregulação social da aldeia Cacau teve como marco um crime cometido pelo ‘Kariu’, o não indígena, como conta Zuwra: “mataram na cidade o cacique da aldeia. Os parentes nunca esqueceram isso. Sem o cacique, todo mundo ficou sem saber o que fazer. Ficaram perdidos. Lembram dessa perda com muita dor, sentem muita saudade. Acho que sentem saudade também de como era a aldeia. É como um trauma não sarado”. A aldeia hoje não tem sequer água potável. Quanto ao lixão, a Prefeitura de Envira afirma que já há um projeto de retirada dele do local em que se encontra. Por aquelas semanas, duas mortes foram registradas entre as seis aldeias da TI Cacau: uma mulher, vítima de alcoolismo, na aldeia Terra Firme, e uma criança de 10 anos, na aldeia Hamahã, vítima de febre, desidratação e diarreia. A convivência

“A desregulação social da aldeia Cacau teve como marco um crime cometido pelo ‘Kariu’, o não indígena, como conta Zuwra: ‘mataram na cidade o cacique da aldeia. Os parentes nunca esqueceram isso. Sem o cacique, todo mundo ficou sem saber o que fazer. Ficaram perdidos. Lembram dessa perda com muita dor, sentem muita saudade. Acho que sentem saudade também de como era a aldeia’”

com mortes violentas, suicídios ou ocasionadas por doenças curáveis é como uma sombra envolvendo os Madija a partir das cidades que estão próximas às terras indígenas. Lideranças do povo discutem como proteger os territórios da bebida alcoólica *Kariu* e como fazer para que os Madija não fiquem tão vulneráveis nas cidades, a partir da reivindicação da educação bilíngue, e do acesso a espaços de assistência específicos e diferenciados.

Projetos comunitários: uma saída encontrada

Na própria TI Cacau há um exemplo de projeto em curso com resultados satisfatórios quanto a medidas de proteção do povo. Tanto que Tunumã Madija, filho do cacique da aldeia Aruanã, foi designado pelas lideranças da TI a se mudar para a aldeia Cacau com a missão de se tornar cacique e não deixá-la fenecer de maneira definitiva. Diferente da aldeia Cacau, a Aruanã é limpa, organizada, a escola funciona, há pesca, caça, agricultura, a retirada do açaí, o vasto terreiro é movimentado e a partilha dos alimentos demonstra uma das marcas da vivência comunitária Madija.

“Aqui (aldeia Aruanã) era assim também como a Cacau. Muito difícil de lidar com isso. Minha mãe bebia, meu irmão bebia. Eles pararam, mas uma outra parte (da aldeia) ainda bebe. Seguimos lutando para que parem. Quando ficam sem bebida, é muito bom. Mas aqui melhorou muito. Fazendo reuniões, documentos para as autoridades públicas, sensibilizando a polícia. Temos um problema com os benefícios. Quando a comunidade vai buscar, compra bebida, os comerciantes oferecem. Tivemos de pensar num jeito de lidar com isso”, diz Tunumã. Na aldeia Aruanã, o Madija conta que os projetos comunitários têm sido a estratégia para evitar o uso do

benefício para a compra de álcool ou a retenção dele pelo ‘patrão’ (comerciante que sequestra os cartões dos Madija). Cada integrante da aldeia precisa depositar uma porcentagem do benefício em uma ‘vaquinha’ comunitária para a realização de melhorias coletivas de infraestrutura: perfuração de poço artesiano, instalações elétricas, estruturação da escola, reformas de espaços coletivos, escoamento de produtos da pesca, agricultura e coleta, como o açaí.

“Benefício aqui é para ajudar a comunidade. Claro que cada um pode comprar suas coisinhas, mas tem que ter a parte da comunidade. Compramos placa solar, bomba, caixa d’água, encanamento. Cada um ajuda para comprar esses materiais. Tenho dúvida se isso evita de ir para cidade, porque a comunidade gosta de caminhar, viajar, ir para cidade, ver coisas fora da aldeia. Também é um direito da gente. Mas com a aldeia organizada, ajuda a cabeça ficar melhor. Deixa mais calmo, menos triste, perdido. Se na aldeia Cacau não for assim, vai acabar. Pra começar, tem que botar portão. *Kariu* entra na aldeia sem autorização, leva cachaça e embebeda todo mundo para tirar madeira, levar gado”, conta Tunumã. Para ele, a bebida, hoje, está acabando com o povo no Amazonas e no Acre. “Morrem afogados no rio, embebedam os parentes e depois matam. Isso tem afetado nossas práticas tradicionais. Aqui na (aldeia) Aruanã, depois que a bebida diminuiu, voltamos a fazer caçuma doce, cantar o mariri, fazer nossas próprias comidas. Os jovens estão agora aprendendo tudo isso. Com a bebida do *Kariu*, a festa aqui era com essas músicas de fora, dava muita briga, todo mundo bêbado”, destaca.

A espera nos barrancos

Manoel Urbano (AC), que ao lado de Santa Rosa do Purus (AC), um município predominantemente indígena, habitado, sobretudo, por indígenas Huni Kui, recebe grande fluxo de Madija da TI Alto Rio Purus. É difícil estabelecer em qual cidade a situação dos Madija fica mais deteriorada, mas Manoel Urbano, durante toda a reportagem, foi a cidade com o maior número de acampamentos às margens de um rio, no caso o rio Purus. Ao menos 20 acampamentos foram contados num trecho curto de rio, à vista de bairros de Manoel Urbano. O tempo de permanência das famílias também surpreendeu. “O Madija está triste porque aqui na cidade os parentes bebem muito, o pessoal do Polo de Saúde não dá assistência. Sou agente de saúde e trago muitos pacientes para



Foto: Cimi Regional Amazônia Ocidental

“Os Madijá, acolhidos, acolhem os rios e a partir deles seguem escrevendo e vivendo suas histórias”, diz o Cimi Regional Amazônia Ocidental, em maio de 2023.

Manoel Urbano. Quando precisam voltar, não tem gasolina. O Polo não oferece. Esse é outro motivo do nosso povo ir ficando nos barrancos”, diz Berna Madija. Ele explica que há muita doença nas aldeias Madija. “Tem criança morrendo, e não devia. Essa coisa do álcool também traz muito conflito. Então tem doença de pajé nisso, por conta de conflito interno gerado pela bebida. Outra coisa é que quando morre um nosso, querem fazer aquilo de abrir, tirar tudo (autópsia). Não concordamos com isso, gera muita tristeza na família. Mandamos paciente para Rio Branco e eles voltam assim, com o corpo todo costurado. Não somos animais. Então uma parte do povo prefere ficar na aldeia, morrer sem kariu ver”, lamenta.

Berna denuncia que nas cidades os Madija precisam mendigar por explicações ou para que sejam entendidos. “Não explicam nada para a gente. Desde essa coisa que eu não sei pronunciar o nome (autópsia), como funcionam os cartões dos benefícios, a contagem do dinheiro, como usar essas máquinas que cospem dinheiro. No hospital, médico nunca explica a doença, como vai tratar. Só dá alta ou diz que morreu. Tem vezes que é doença de pajé. Médico não escuta. Manda pra Rio Branco. Aí lá o parente morreu porque era doença de pajé, entende. Eu já pedi para a Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena) contratar alguém para nos ajudar nisso, ajudar os parentes a entender, ter explicações, mas ainda não teve nada”, conta. Cada acampamento na beira do rio é de uma aldeia diferente; Apói, Ipiranga Velha, Marunaua, Nazaré, Kanamari. Em um deles, que reúne os indígenas da aldeia Apói, os Madija estavam há dois meses. Uma vasta plantação de macaxeira chegou a ser semeada, e estava prestes a ser colhida.

O cacique Nonato Madija, que lidera este acampamento, acredita que “as escolas indígenas do nosso povo precisam aprender português junto com a nossa língua. Aprender a escrever, ler, entender mais como pensa kariu para não sofrer tanto na mão dele. Enganam os parentes aí na rua (cidade), sabe”. O cacique aponta a falta de professores para ensinar a língua portuguesa na TI Alto Purus e a formação de professores e professoras indígenas. Atualmente está em curso no Acre um projeto do governo estadual de capacitação dos professores indígenas. Em muitos casos, esses profissionais não possuem o ensino fundamental completo, o que cria dificuldade para o ingresso em licenciaturas interculturais, oferecidas por universidades e institutos federais, voltadas aos professores indígenas. Entretanto, lembra o cacique Nonato, no barranco, tampouco existe escola. “Não queremos ficar aqui. Não gostamos, Preferimos a aldeia, lá é o nosso lugar. Ficamos esperando bolsa família, auxílios. Juntamos esse dinheiro para comprar mantimento, gasolina. Tem coisas para as crianças, comprar celular, sapatos. É difícil de juntar porque temos de viver aqui”, explica.

Edith Madija defende que o povo, há cerca de duas décadas, tem sofrido mudanças drásticas, sem a devida atenção da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e das demais autoridades públicas que lidam com as demandas dos povos indígenas. “Os benefícios mudaram o modo como os Madija são vistos nas cidades. Primeiro porque os parentes



Em 2023, os Madija realizaram várias assembleias nas aldeias: Piau, no rio Juruá, município de Eurinepé (AM), Jaminawa, no rio Envira, no município de Feijó (AC), Maronawa, no rio Purus, no município de Santa Rosa (AC), Macapá no Rio Tarauacá, no município de Envira (AM)

começaram a ficar mais nas cidades. Segundo porque passaram a ficar mais nas cidades e com dinheiro. Com a pouca familiaridade com a língua portuguesa, passaram a ser enganados. Não acho que a bebida chegou por conta disso. Ela já existia e os Madija sempre tiveram suas bebidas alcoólicas tradicionais. A bebida do Kariu vicia muito rápido, e o Kariu percebeu que poderia tirar vantagens disso”, analisa Edith. Para ela, “os Madija não são vistos como gente” nas cidades e os jovens “ficam sem interação social, com dificuldades de achar o próprio espaço no mundo que os rodeia. Não aprendem o português na escola indígena e na escola das cidades não são aceitos, sofrem espancamentos, agressões, racismo. Se sentem muito mal com isso e se fecham”. Uma tristeza profunda se acumula até transbordar em alcoolismo, suicídio, violência interna - e a violência interna é um outro fator de deslocamentos forçados em um ciclo de reciprocidade deturpada, sendo a reciprocidade uma característica tradicional da cultura Madija.

Reciprocidade deturpada

“Nosso povo, como todo povo indígena, tem os seus segredos e tradições a partir de seus modos e costumes. A reciprocidade (chamada de *manacô*) é um deles. É mais ou menos assim: se você faz o bem para alguém, tem que haver reciprocidade. Essa pessoa vai fazer algo bom para você. Se você faz mal, também. Com a bebida

“Atualmente está em curso no Acre um projeto do governo estadual de capacitação dos professores indígenas. Em muitos casos, esses profissionais não possuem o ensino fundamental completo, o que cria dificuldade para o ingresso em licenciaturas interculturais, oferecidas por universidades e institutos federais, voltadas aos professores indígenas”

alcoólica e os problemas enfrentados nas cidades, fazer o mal pro outro se tornou como uma epidemia de violência, e de um jeito que não acontecia antes ou não era nada comum. Então passamos a conviver com uma violência interna por conta disso. Famílias precisam mudar de aldeia. Nossa reciprocidade foi totalmente transfigurada”, explica a cacica Sula Madija, da Terra Indígena do Médio Juruá, localizada em Ipixuna (AM). Ela explica que na TI existem 12 aldeias, com problemas similares às demais terras indígenas dos Madija no restante do Amazonas e Acre. “Precisamos de um olhar mais aprofundado, abordagens diferentes. O alcoolismo é devastador porque acaba afetando a vida de jovens e crianças, gerando mortes indiretas. Os não indígenas se aproveitam disso”, conta. Sula explica que os ‘patrões’ acabam ficando com todo o dinheiro ou grande parte do pagamento dos benefícios, fato testemunhado pela reportagem em Manoel Urbano, Feijó, Envira, Eurinepé e com relatos em Ipixuna. Cobrando preços inflacionados e juros por dívidas, os comerciantes acabam encontrando formas de nunca liberar o cartão. Sem ter como voltar para a aldeia, as famílias Madija acabam na beira do barranco dos rios esperando por alguma ajuda ou na esperança do ‘patrão’, no mês seguinte, não tomar todo o dinheiro para garantir os recursos da volta.

A Madija cita alguns fatos para retratar as consequências deste quadro na cosmologia do povo, mais especificamente quanto ao *manacô*. Em um deles, o ‘patrão’ reteve o cartão de uma Madija. “Reteve tudo, pegou todo o dinheiro dela”, diz. O marido, alcoolizado, a agrediu. Os parentes da mulher a defenderam e devolveram a agressão. Em outros casos, há mortes desencadeando um ciclo de vinganças deslocado da prática do *manacô*, como se fosse uma doença autoimune: o sistema que mantém a organização do povo, também uma percepção de justiça, se volta contra o próprio povo como um código não escrito amaldiçoado. “É muito triste falar sobre isso, mas é o que acontece. Por isso aldeias acabam entrando numa espécie de colapso. Os parentes se matando. Essa tristeza, a saudade de quem morre, a falta de perspectivas.

Foto: Oscar González



“As assembleias estão sendo o caminho de reencontro trilhado pelo povo Madija do Amazonas e Acre”, diz o Cimi Regional Amazônia Ocidental, em julho de 2023

Quem sofre com uma morte violenta nunca esquece. Pode passar o tempo o que for”, relata Sula.

Em Eirunepé (AM), nos barracos do rio Juruá, a situação dos Madija acampados costuma ser dramática. Conforme Azai Madija, um ancião que vive na aldeia Mucuripe, já no município de Ipixuna, na TI do Médio Juruá, “kariu mata a gente aqui na cidade e depois dizem que foi corda no pescoço (suicídio) ou que foi briga entre a gente”. Seu Azai estava com a esposa doente, além de um neto. Sem forças para sair das redes, e com sintomas de malária, estavam sem alimentação há pelo menos dois dias. Localizado numa área que costuma ficar embaixo d’água quando o rio sobe, o acampamento com cerca de dez barracos estava tomado pelo lixo e pelos animais que acompanham as famílias - é praticamente impossível ver uma família Madija desacompanhada de macacos, araras, cachorros ou jabutis; mesmo maltrapilhos, os

“A vacância de assistência à Saúde Indígena preocupa, entre outros fatores, porque no Brasil o suicídio é maior entre os povos indígenas. A população lidera os índices de suicídio e autolesões, mesmos em levar em conta as subnotificações, mas tem menos hospitalizações”

animais são enfeitados por seus companheiros indígenas de jornada e fazem parte da partilha do alimento que os grupos conseguem. Em Eirunepé ou Ipixuna não há um Distrito Especial de saúde Indígena (DSEI), reivindicação que os indígenas fizeram durante a 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena com o nome de DSEI Médio Juruá. Todavia, em Eirunepé, existe uma casa de Apoio

à Saúde Indígena (Casai). Avisada pela antropóloga Rosilene Padilha, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), uma equipe da Casai se dirigiu ao acampamento e encaminhou os doentes ao hospital da cidade, além de entregar cestas básicas para o grupo. De fato, o diagnóstico de malária foi confirmado na idosa e na criança e o tratamento teve início.

Kiamã Madija explica que o grupo do acampamento havia chegado há uma semana em Eirunepé, vindo de bubuia pelo rio, que é quando os indígenas deixam a canoa ser levada pela correnteza, sem precisar acionar o motor de popa para economizar ou porque estão sem gasolina. “Viemos para pegar os benefícios. Kariu (o ‘patrão’) disse que perdeu o cartão. Procuramos Funai, mas lá está difícil de achar ajuda. Entender português é difícil”, explica Kiamã. Enquanto esperam por uma solução que não parece a caminho, esperam enfrentando a falta de alimentos, as doenças, a sujeira, as hostilidades da cidade e permanecem no barranco como se fossem imigrantes estrangeiros: sem entender de forma suficiente o idioma local, desprovidos de direitos, impossibilitados de voltar para os territórios tradicionais. A Casai, localizada em Eirunepé, atende por volta de seis mil Madija da Calha do Juruá, abrangendo os municípios de Itamarati, Ipixuna, Envira e Eirunepé. O DSEI responsável pela Casai é o do Médio Rio Solimões e afluentes, com sede em Tefé. Os Madija do Acre são atendidos pelos DSEI’s do Alto Rio Juruá e Alto Rio Purus.

Esta vacância de assistência à Saúde Indígena preocupa, entre outros fatores, porque no Brasil o suicídio é maior entre os povos indígenas. A população lidera os índices de suicídio e autolesões, mesmos em levar em conta as subnotificações, mas tem menos hospitalizações. Ou seja, com menos hospitalizações fica evidente a falta de assistência no socorro e no suporte específico e diferenciado à saúde mental dos indígenas. Em realidades de drástica vulnerabilidade social e dissociações ligadas a aspectos culturais, o quadro se torna uma emergência de saúde pública subestimada pelas autoridades.

Procure ajuda

Caso você tenha pensamentos suicidas, procure ajuda especializada como o CVV (www.cvv.org.br) e os Caps (Centros de Atenção Psicossocial) da sua cidade. O CVV funciona 24 horas por dia (inclusive aos feriados) pelo telefone 188, e também atende por e-mail, chat e pessoalmente. São mais de 120 postos de atendimento em todo o Brasil.

Assine o
PORANTIM
 EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – Depósito Bancário ou PIX:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO
 Banco Bradesco – Ag.: 0606 – C/C: 144.473-5
 PIX: adm.porantim@cimi.org.br

Envie cópia do depósito por e-mail, correios ou WhatsApp

SDS – Ed. Venâncio III, salas 309/314 – Asa Sul
 Brasília-DF – CEP: 70.393-902



adm.porantim@cimi.org.br

(61) 9 9628-4565

(61) 2106-1650 / 2106-1655

www.cimi.org.br

CONSTRUINDO UM MUNDO SEM MALES!

Ass. anual: **R\$ 130**

Ass. dois anos: **R\$ 190**

América Latina: **US\$ 55**

Outros países: **US\$ 90**

Assinatura de apoio: **R\$ 170**

Com ela você contribui para o envio do jornal a diversas comunidades indígenas do país



Foto: Adi Spezia/Cimi

Falsas soluções: a armadilha que ameaça a vida dos povos indígenas

Missionários, lideranças indígenas e assessores da entidade, trataram das diferentes faces de um mercado que busca, por meio de soluções fáceis, capitalizar territórios indígenas

Por Assessoria de Comunicação do Cimi

Os impactos das falsas soluções impostas pelo Estado e pelo mercado que, em nome da preservação ou do progresso, distorcem os direitos territoriais e a autonomia dos povos indígenas, foi tema de debate de cerca de 80 missionários, missionárias, lideranças indígenas e assessores do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Eles estiveram reunidos, entre os dias 26 e 29 de novembro, no Seminário Nacional de Formação da entidade, realizado no Centro de Formação Vicente Cañas, em Luziânia. Durante o evento, os participantes refletiram sobre a atual conjuntura política, social e ambiental que afeta o contexto indigenista, por meio de rodas de conversa, místicas e grupos de trabalho.

Para isso, o Cimi propôs como tema do seminário as “Falsas Soluções Políticas, Ambientais, Sociais, Culturais e Religiosas”. Tratam-se de medidas de compensação produzidas pelo Estado e empreendimentos econômicos que tem comprometido a defesa e a garantia da vida e dos territórios indígenas.

“São muitas as falsas soluções que chegam até os povos indígenas”, explicou Ivanilda Torres, secretária adjunta do Cimi, sobre a importância da discussão para o alinhamento e a formação de integrantes da organização indigenista. Para a secretária, “o foco maior dessas falsas soluções está no contexto político e ambiental”.

“No contexto político, a gente vive a Câmara de Conciliação criada pelo Supremo Tribunal Federal, que discute a questão da inconstitucionalidade da Lei 14.701, conhecida como Lei do Marco Temporal. Ela se apresenta como uma armadilha para os povos indígenas ao buscar negociar direitos que lhe são constitucionais e originários. O direito dos povos são cláusula pétrea, não pode ser mexido, não cabe conciliação”, explicou Ivanilda.

A Câmara de Conciliação a qual se refere a secretária foi criada em abril deste ano pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e relator das ações que questionam a constitucionalidade da Lei 14.701, Gilmar Mendes. A medida conciliatória, no entanto, se sobrepõe a própria decisão do STF dada em setembro do ano passado.

No julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 1.017.365, a Suprema Corte afastou a tese do marco temporal como critério para demarcação de terras indígenas. Em protesto contra a Câmara de Conciliação, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), se retirou da mesa de conciliação do STF, que prosseguiu

os trabalhos mesmo sem a participação dos povos indígenas.

Para Kretã Kaingang, coordenador regional da Apib pela Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (ArpinSul), a realização da Câmara de Conciliação sem suspensão da Lei 14.701, hoje em vigor, inviabiliza a possibilidade de diálogo com o movimento indígena.

“Enquanto estiver acontecendo a Câmara de Conciliação tem que ser suspensa a lei 14.701 para que não haja os ataques que estão acontecendo nos territórios. Se essa mesa de conciliação estivesse realmente funcionando, não haveria mais morte de parentes nossos em ataques às comunidades”, considerou a liderança.



Foto: Adi Spezia/Cimi

Foto: Maíara Dourado/Cimi



Foto: Andressa Algave/Cimi



Foto: Adi Spezia/Cimi



Foto: Andressa Algave/Cimi



Falsas soluções ambientais

As armadilhas criadas para os povos indígenas não se limitam ao âmbito político-jurídico e preocupam ainda mais quando enfrentados em um contexto socioambiental. “As falsas soluções ambientais que chegam nos territórios indígenas por meio de projetos de compensação e captura do carbono não correspondem a uma verdadeira mudança da situação climática em que nos encontramos hoje”, explica Ivanilda.

O mercado da natureza foi abordado por Lindomar Padilha, do Cimi Regional Amazônia Ocidental. O mercado não sente as mudanças que a natureza e os povos enfrentam, “pois os coloca na condição de mercadorias, de exploração. Quando falamos de REDD [Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal], REDD+ e REDD Digital, estamos falando do mercado de carbono, da natureza como mercadoria”, explica.

Na roda de conversa que tratou da paisagem de escassez promovida pelo mercado que capitaliza a natureza, Alessandra Munduruku criticou a falta de transparência de empresas e governos que tem agenciado a implementação de projetos de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD) em terras indígenas. Sob a guarda dos povos originários, as áreas de florestas existentes em terras indígenas têm gerado grande interesse de empresas que compram e vendem créditos de carbono, mas também muitas dúvidas sobre os impactos desses empreendimentos aos povos indígenas.

“A gente não entende essas siglas que estão discutindo lá, mas nós somos obrigados a entender em um dia ou em uma semana para aceitar um contrato. Isso é um assédio, um abuso o que está acontecendo no território. Nós criamos o Protocolo de Consulta justamente para pesquisadores não entrarem aqui no nosso território, para as empresas não chegarem do jeito que chegam sem consultar a gente. Mas o governo do estado nunca nos consultou, nunca respeitou a Constituição, nunca respeitou a Convenção 169 da OIT”, denunciou Alessandra.

O desrespeito aos processos de consultas dos povos é apenas um dos pontos de preocupação levantados pelos povos no evento. Para Alessandra, as medidas de

compensação propostas por este tipo de mercado trazem prejuízos irreparáveis às comunidades, historicamente alijadas de seus direitos territoriais.

“A empresa chega aqui [em terras indígenas] dá crédito de carbono, mas continua destruindo. Qual é a solução que eles estão tomando? Quem está pagando a dívida com todos os ataques que vem acontecendo aos nossos direitos? São os povos. Somos nós que vamos deixar de caçar, de pescar, que não vamos poder ensinar nossos filhos a plantar batata. Como é que o meu neto vai pensar daqui 50 anos? Como é que o meu neto vai aprender a história da castanha? Como é que meus netos vão aprender o surgimento do milho e como plantar de forma correta, tradicional? Para mim, é um silenciamento gravíssimo quando destrói o conhecimento. Até quando os povos indígenas **vão perder a sua língua, a sua tradição por conta do mercado? Nós viramos mercadoria**”, criticou Alessandra.

Essa forma de chegar das empresas nos territórios indígenas se dá em uma tentativa de retirar a autonomia dos povos e anular suas lutas por direitos. Nesse sentido, “ela é crucial”, considera Luis Ventura, secretário executivo do Cimi, que integrou a roda de conversa junto a Alessandra. “Porque é a luta dos povos que ataca a estrutura do capitalismo, que tem gerado a grande crise ambiental que estamos vivendo e que é, na verdade, um grande colapso ambiental. Mas a grande contradição é que ao mesmo tempo que o capital cria problemas, ele também cria falsas soluções porque não resolvem o problema”, explica o secretário.

A luta indígena como solução para os problemas criados pelo mercado gera mais do que medidas de compensação financeira, uma vez que produz e garante direitos. Não à toa, “a luta dos povos pelo território se transforma na luta principal contra esse modelo de capital que está posto”, explica Luis.

“Porque não é só uma luta pela posse da terra. É uma luta pelo sentido de território, pelo vínculo com ele e que mostra que há outras possibilidades de ser e estar no mundo, que há outros conhecimentos e saberes múltiplos”, concluiu.

Foto: Maíara Dourado/Cimi



Foto: Andressa Algave/Cimi



Foto: Adi Spezia/Cimi



Foto: Andressa Algave/Cimi



Foto: Maíara Dourado/Cimi



Foto: Adi Spezia/Cimi



Foto: Adi Spezia/Cimi



Justiça é acesso a água e não a balas

Violência policial em reserva no MS feriu ao menos 50 indígenas que protestavam pacificamente por acesso à água potável; Tropa de choque usou bombas, tiros e realizou prisões, ferindo mulheres, crianças e idosos

Por Assessoria de Comunicação do Cimi

A Reserva Indígena de Dourados foi palco de mais um capítulo lamentável na história de violência contra os povos indígenas no Brasil. No dia 27 de novembro, a Tropa de Choque da Polícia Militar invadiu a aldeia Jaguapiru, bombardeando moradias e atirando contra a comunidade, em uma reação brutal e desproporcional a um protesto pacífico. As comunidades Kaiowá, Guarani e Terena reivindicavam um direito básico e essencial: o acesso à água potável. Em resposta, a PM usou bombas, tiros e realizou prisões, ferindo ao menos 50 pessoas, incluindo mulheres, crianças e idosos, destas, 20 precisaram recorrer ao atendimento médico.

“A gente quer água, água pra viver, pra matar a sede, pra tomar banho, pra dar remédio pros patrícios”. Este é parte do pedido de socorro feito por Luzinete Terena enquanto a Tropa de Choque seguia com a invasão à aldeia.

A ação policial, considerada desproporcional pelos indígenas, começou na rodovia MS-156, que corta a Reserva de Dourados, onde os indígenas realizavam o protesto denunciando a falta de água que assola ao menos cinco mil indígenas. Pela manhã, a Tropa de Choque avançou sobre os indígenas ainda na rodovia, os empurrando para a Reserva, e não parou de avançar até chegar à aldeia Jaguapiru. Os policiais invadiram as ruas da comunidade levando terror aos moradores, arremessando bombas, inclusive nas casas, e atirando “em tudo o que se movia e se defendia das agressões”, conforme os relatos.

O Ministério Público Federal (MPF) se deslocou à Reserva em uma tentativa de mediar a situação. A equipe local do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) reuniu 65 vídeos feitos pelos indígenas, que mostram o uso excessivo da força policial diante de pessoas sem margem de defesa. Nos áudios, é possível ouvir ao fundo sons de tiros e bombas explodindo. Em um dos vídeos, um Terena é preso com brutalidade mesmo sem reagir. Desesperada, tentando acudir o esposo, uma mulher leva um tiro à queima roupa na perna esquerda, na altura da coxa, enquanto idosos e crianças tentam se proteger.

“A polícia não deveria entrar na Reserva porque é uma área indígena, federal. O que já é grave. Acontece que se trata da maior Reserva do país, ou seja, é uma ação desproporcional, irregular e que pode gerar uma revolta dos indígenas com resultados catastróficos. Na verdade, um massacre de Forças de Segurança Pública contra população civil. As autoridades públicas precisam entender e agir diante da gravidade da ação policial para evitar uma escalada”, salienta Flávio Vicente Machado, do Cimi Regional MS.

“A Polícia Militar não pode entrar em Terra Indígena. Se morrer um indígena sequer na Reserva de Dourados hoje a responsabilidade é do secretário de Segurança Pública e do Comando da Polícia de Dourados. A estrada estava fechada por um protesto da comunidade indígena que não tem água para beber! A polícia poderia estar na estrada, acompanhando o movimento, mas ela não pode entrar na aldeia! Dando tiro perto de professor, de mães, de crianças. Isso não é a primeira vez que isso acontece aqui no Mato Grosso do Sul. Toda vez que a comunidade indígena faz um movimento, a polícia



Fotos: Comunidade da Reserva de Dourados



A invasão se deu a tiros, bombas e violência gratuita contra mulheres, idosos e crianças

vai com truculência atrás. É de responsabilidade da Polícia Federal a segurança dentro das aldeias, da Funai. Não tem mandado judicial, não pode entrar! Repito: se morrer indígena hoje a responsabilidade é do governo estadual”, frisou o deputado estadual Pedro Kemp (PT/MS) durante sessão da Assembleia Legislativa.

Padrão sistemático de repressão estatal

A ação da PM não é um incidente isolado. A invasão da Tropa de Choque à Reserva de Dourados acontece meses depois de um atirador da PM do Mato Grosso do Sul disparar na cabeça do jovem Neri Guarani Kaiowá, dentro da Terra Indígena (TI) Nhanderu Marangatu, em setembro. Tragédia que se soma a uma lista com anos de episódios de abusos da força policial contra os povos indígenas no estado.

Em nota, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) questionou: “até quando as autoridades e instituições do Estado Democrático de Direito permitirão que a PM de Mato Grosso do Sul siga atuando de forma assassina, covarde e às margens das leis contra os povos indígenas?”

Em 2022, a mesma polícia que assassinou Neri, tirou a vida de Vitor Fernandes, vítima de uma violenta e ilegal ação da PM de Mato Grosso do Sul, que ficou conhecida como massacre de Guapo'y. No mesmo ano e no ano subsequente, em 2023, a comunidade do tekoha Kurupi foi alvo de sucessivos ataques ilegais protagonizados pela Polícia Militar.

Do mesmo modo, a comunidade do tekoha Laranjeira Nhanderu, em 2023, foi despejada, sem mandado judicial, pelo batalhão da Polícia Militar. Esses ataques policiais tem se repetido de forma sistemática contra comunidades indígenas do estado de Mato Grosso do Sul.

Na tentativa de frear a violência policial, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) entrou no Supremo Tribunal Federal (STF) com uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF). A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) concedeu medidas cautelares a favor do tekoha Guapo'i, vítima dos excessos da PM. No entanto, parece que a PM do Mato Grosso do Sul possui autorização para seguir descumprindo leis, praticando abusos.

Acordo ignorou a reserva de Dourados

O protesto dos povos Terena e Guarani Kaiowá da Reserva de Dourados, que inclui também a aldeia Bororó, contra a falta de água crônica que aflige uma parte significativa dos cerca de 17 mil indígenas que vivem em um território de quase 3.500 hectares, expõe a discrepância entre as condições de vida dessas comunidades e a realidade das populações vizinhas. Nos condomínios fechados que cercam a Reserva, por exemplo, a água não falta.

O protesto ocorreu após o anúncio de um convênio que promete beneficiar "35 mil Guarani Kaiowá", mas, surpreendentemente, a Reserva de Dourados não foi contemplada – ao menos não inicialmente.

No dia 21 de novembro, foi assinado, em Ponta Porã (MS), um convênio que visa à implantação, ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água em 18 aldeias indígenas no Cone Sul do estado. O projeto será realizado pela Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul (Sanesul) e pela Secretaria de Saúde Indígena (Sesai).

O recurso virá da Hidrelétrica Itaipu Binacional, que fechou o acordo com o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e o governo estadual. As obras serão realizadas por lotes, e a Reserva de Dourados acabou não contemplada.

Frustrados e já lidando há décadas com a falta de água, os Terena e Guarani Kaiowá optaram pelo protesto como forma de chamar a atenção das autoridades mais uma vez. O Ministério da Saúde se pronunciou, em nota, afirmando que "embora as comunidades já contem com 14 sistemas simplificados de abastecimento de água, esses não atendem plenamente à demanda local".

A nota também mencionou que "a Sesai está negociando uma solução conjunta com a Secretaria de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e a Sanesul. A proposta inclui a extensão da rede de abastecimento que atende a região urbana de Dourados, além da formalização de convênios para operação e manutenção do sistema, visando soluções estruturais e de longo prazo".

Em meio a promessas de melhorias e investimentos, a exclusão da Reserva de Dourados do convênio destaca a desigualdade persistente no acesso a direitos essenciais. Há anos os povos enfrentam a escassez desse recurso vital. Reflexo da negligência das autoridades em resolver uma questão básica de sobrevivência. Até que soluções concretas e justas sejam implementadas, o protesto e a resistência seguem sendo a única forma de garantir que suas necessidades sejam ouvidas.

Acesso à água: direito humano inalienável

A água, como reconhecido pela Resolução 64/292 da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), é um direito humano essencial, fundamental e universal, indispensável à vida com dignidade e reconhecido como "condição para o gozo pleno da vida e dos demais direitos humanos" (Resolução 64/A/RES/64/292).



O problema da falta de água na Reserva de Dourados perpassa décadas e afeta gerações. O fornecimento costuma ser irregular, ao sabor da vontade política

Este princípio, consagrado também no artigo 225 da Constituição Federal, impõe ao Estado o dever inescapável de proteger e garantir o acesso aos recursos hídricos para todas as pessoas, especialmente as mais vulneráveis.

Apesar da construção de dois super poços nas proximidades da Reserva, com capacidade superior a 10 milhões de litros, nenhuma gota chega às casas das Kaiowá, Guarani e Terenas. A negligência é uma ferida aberta, agravada pela violência estatal que tenta silenciar aqueles que se levantam por dignidade.

Quando uma comunidade indígena, protegida pelos direitos nacionais e internacionais, é privada de algo tão fundamental quanto a água, estamos diante de uma violação que transcende o plano local. É um ataque à humanidade.

Por essas razões, são necessários e urgentes:

1. A responsabilização imediata e exemplar dos agentes envolvidos na repressão e das autoridades que autorizaram esta ação criminoso;



Há décadas os povos Terena e Guarani Kaiowá realizam protestos e ouvem promessas de que o problema da falta de água será resolvido. Ao pedido de água, recebem violência como resposta do Estado

2. Medidas urgentes para garantir o abastecimento contínuo e seguro de água potável à Reserva de Dourados, com perfuração de poços, distribuição e manutenção do sistema hídrico, como determinado pela Constituição e pelos tratados internacionais ratificados pelo Brasil;

3. O fim do uso ilegal das forças policiais estaduais como instrumentos de opressão em terras indígenas, com a admissão por parte do Ministro Gilmar Mendes da ADPF 1059, primando pelo respeito a autodeterminação constitucional dos povos indígenas.

"A água é vida; privá-la é um ato patente de crime contra a humanidade"

Em nota, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) repudiou, de forma veemente, mais este episódio de violência contra a comunidade. Para a entidade, a ação representa o total escárnio do governo do estado de Mato Grosso do Sul às instituições democráticas e à Constituição Federal. "Trata-se de mais uma demonstração de como o governo de Eduardo Riedel hostiliza não apenas os indígenas, mas a democracia e os direitos humanos".

O texto traz ainda a leitura de que o governo estadual militarizou de forma definitiva a questão indígena ao usar o aparato repressivo do Estado para aterrorizar comunidades totalmente indefesas. "Nos causa particular indignação o fato da

ação ocorrer a partir da repressão brutal a um protesto pacífico dos Terena, Kaiowá e Guarani que pediam água! Com mais de 100 anos e cerca de 17 mil indígenas vivendo em quase 3.500 hectares, o acesso à água potável é uma emergência humanitária permanente na Reserva", afirma.

Outro ponto que causou indignação foi pontuado pelo Cimi: o "governo Riedel, após retirada da Tropa de Choque da área indígena, envia como porta-voz um policial militar para comunicar aos indígenas as ações a serem adotadas. A "mediação de conflito" tomada pelo governo assume um velho método já conhecido de 'atira primeiro, conversa depois'. O governador se fez representar pela PM, que momentos antes estava bombardeando a aldeia, para tratar da política pública. Isto nos revela que para o governo estadual os povos indígenas devem ser tratados com repressão, desumanidade, violência, terrorismo. O governo estadual de Mato Grosso do Sul, aliado histórico dos interesses econômicos do Agronegócio, reproduz permanentemente a violência contra os povos indígenas e demonstra que não é uma instância confiável nem democrática", destaca.

"Foi um ataque muito agressivo. Muita gente ferida, [a PM] entrou na aldeia, chegou às moradias, ao quintal das casas. Isso gera revolta, um sentimento de impunidade. O protesto estava pacífico. Depois de tudo o que a Tropa de Choque fez, o governo [ainda] manda um representante da Polícia Militar para negociar com a população?", questiona Cristiane Terena.

Por fim, diante do desespero e morte causados pela ausência de água e do terror imposto pelas forças de segurança do Estado, o Conselho Indigenista Missionário reafirmou o seu compromisso de caminhar e de protestar junto à comunidade, "colocando-nos ao seu lado e em sua luta por dignidade, água e territórios". A entidade ainda clamou que a "justiça corra como um rio, que limpa, sacia, e com força destroi as injustiças e dignifica todos os seres", cobrando das autoridades que a comunidade indígena de Dourados possa enfim ter acesso a água. "Que os direitos ecoem até que a dignidade e a vida prevaleçam".



Estratégias de destruição: Ferrogrão e outras ferrovias

Em nota conjunta, entidades pastorais analisam impactos de grandes obras ferroviárias em Mato Grosso e a invisibilização de povos indígenas e comunidades tradicionais em estudos técnicos

O Mato Grosso está batendo todos os recordes para se tornar um estado sem Amazônia Legal, sem Cerrado, sem Pantanal, sem água e, logo, sem vida. O rumo tomado busca transformá-lo em um grande deserto de monoculturas que produzem commodities para atender o mercado externo. Parte dos estoques de grãos são transportados por empresas ferroviárias como a Rumo Logísticas até os portos marítimos das regiões sul e sudeste para lá embarcarmos em direção ao mercado europeu e chinês.

Para isso, o estado mato-grossense tem feito parcerias públicas-privadas confusas, atualmente tais como a Ferrogrão, a Ferrovia Norte Brasil, a Ferrovia Autorizada de Transporte Olacyr de Moraes (Ferrovia Estadual do Mato Grosso) e a Ferrovia de Integração do Centro-Oeste. Essas ferrovias estão em diferentes estágios de construção, mais ao sul já estão em operação, mais ao norte em fase de planejamento e entre leste e oeste, sendo construídas.

A construção de ferrovias no estado de Mato Grosso envolve uma série de implicações sociais e ambientais, especialmente ao se considerar a vasta extensão de novas linhas ferroviárias previstas, aproximadamente 1.700 quilômetros.

Também é preocupante a falta de análise global e integrada dos impactos socioambientais e violações de direitos humanos desses empreendimentos. Grupos sociais que vivem nos territórios por onde passam estas estradas de ferro estão sendo deixados de lado, sem serem escutados nos processos decisórios de obras de infraestrutura.

Alguns dos principais pontos de preocupação são:

Impacto ambiental

- **Desmatamento e Biodiversidade:** A construção de ferrovias implica em desmatamento, o que pode afetar ecossistemas sensíveis. O estado

do Mato Grosso, que abriga partes do bioma da Amazônia, Cerrado, Pantanal e áreas de transição, é um estado ambientalmente vulnerável e biodiverso.

- **Fragmentação de Habitat:** As ferrovias criam barreiras para a fauna, fragmentando habitats e afetando a biodiversidade.
- **Impacto em Áreas de Conservação:** A expansão de ferrovias atravessa áreas protegidas, potencialmente causando danos irreversíveis.
- **Ciclo Hídrico:** A escassez hídrica já é uma realidade no estado. A construção e a operação das ferrovias além de poluírem os córregos e rios, impactam as nascentes e as bacias hidrográficas.

Impacto social

- **Comunidades Indígenas:** são mais de 20 territórios indígenas impactados. A falta de consulta adequada a essas populações viola direitos e impacta negativamente suas formas de vida.
- **Deslocamento de Populações:** A construção de ferrovias força o deslocamento de famílias, muitas vezes sem a devida compensação ou suporte para reassentamento.
- **Mudanças Econômicas Locais:** Embora exista uma narrativa pró-ferrovias, no sentido de que elas podem impulsionar o desenvolvimento econômico local, há também uma constatação prática de que elas intensificam as desigualdades, e geram tensões em comunidades que não se beneficiam diretamente dos projetos. Sem exceção, todos os projetos ferroviários em Mato Grosso são para transporte de carga e não de pessoas. Estamos falando de uma situação em que um projeto traz mais perdas do que ganhos para o desenvolvimento social dos territórios.

Terras indígenas próximas ao traçado da Ferrogrão

Terra Indígena	Distância (km)
TI Baú	29,91
TI Capoto/Jarina	164,58
TI Escrivão	103,61
TI Kuruáya	100,37
TI Manoki	224,94
TI Maraó	156,90
TI Mekragnoti	47,70
TI Panará	38,98
TI Parque do Xingu	152,51
TI Praia do Índio	7,84
TI Praia do Mangue	4,19
TI Rio Arraias	120,99
TI Sawré Muybu	31,59
TI Gleba triri	83,81
TI Batelão	117,33
TI Xipaya	98,62
TI Sawré Juybu	30,90
TI Munduruku	169,00
TI Andira-Marau	83,68
TI Kayabi	169,23
TI Cachoeira Seca	124,21
TI Roro-Walu	169,79

Fonte: InfoAmazonia. Criado com Datawrapper

Estratégia isolada e fragmentada

A abordagem para se discutir esses projetos tem sido feita de forma isolada, na tentativa de se evitar uma maior mobilização e resistência por parte da sociedade civil e grupos ambientalistas. Obras de infraestrutura devem servir para o desenvolvimento de uma região no seu aspecto social, ambiental e econômico. Sem uma visão integrada, os impactos cumulativos de múltiplos projetos podem passar despercebidos, levando a um aumento significativo de riscos sociais e ambientais. Afinal, para quem serve a infraestrutura de logística que está sendo implementada para o estado de Mato Grosso.

O modelo de desenvolvimento adotado pelo estado aponta para um problema recorrente: a ganância humana, desconectada das realidades sociais e ambientais, geram projetos grandiosos e de grande impacto (obras faraônicas), cuja motivação principal é o favorecimento de interesses econômicos, de setores como o do agronegócio, mineração e petroleira. Por que não podemos ter uma infraestrutura que mantenha as florestas e os que lá vivem? Para nós, a infraestrutura é a própria floresta e devemos pensar em projetos que fomentem esta visão antes que seja tarde.

Há um desequilíbrio entre o ganho econômico imediato e os prejuízos a longo prazo, tanto para o meio ambiente quanto para as pessoas afetadas. Em um mundo onde as questões climáticas e de justiça social são cada vez mais urgentes, essa desconexão entre os interesses econômicos e a realidade socioambiental representa um grande desafio, ou melhor, uma catástrofe anunciada. Vide exemplo da usina hidrelétrica de Belo Monte.

No mês de setembro, o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou a retomada dos estudos da Ferrogrão, que ligará Sinop (Mato Grosso) ao Porto de Miritituba e Santarém (Pará). Trata-se da ampliação da malha ferroviária até Lucas do Rio Verde. O traçado original do projeto contempla 933 km de extensão, interligando todas as ferrovias do estado de Mato Grosso ao restante do Brasil.

É urgente atualizar os estudos e projetos das ferrovias para incorporar os impactos climáticos, as realidades socioambientais atuais e incluir povos indígenas e povos e comunidades tradicionais no processo decisório durante a fase de licenciamento. No contexto do Mato Grosso e do Brasil, onde os efeitos das mudanças climáticas são cada vez mais evidentes, a desconsideração desse componente nos estudos e nas obras ferroviárias é uma grande falha pois, como já mencionado, são projetos que geram desigualdades nas regiões por onde passam.

A Ferrogrão, assim como outras ferrovias em planejamento, tem sido alvo de críticas não apenas pelo impacto ambiental, mas também pela falta de atenção aos conflitos fundiários e à complexidade social da região. A expansão de ferrovias sem resolver os problemas fundiários e sem incluir um plano robusto de mitigação de impactos climáticos pode agravar ainda mais as tensões sociais e aumentar os danos ambientais. Dentre elas:

Incorporação dos impactos climáticos: A desconsideração de critérios socioambientais nos estudos técnicos é uma omissão crítica. Com a crescente degradação ambiental e as consequências das mudanças climáticas, qualquer projeto de infraestrutura precisa incluir cenários climáticos para evitar maiores desastres ecológicos e sociais.



Foto: Hellen Loures/Cimi

“O modelo de desenvolvimento adotado pelo estado aponta para um problema recorrente: a ganância humana, desconectada das realidades sociais e ambientais. Para nós, a infraestrutura é a própria floresta e devemos pensar em projetos que fomentem esta visão antes que seja tarde.”

Conflitos fundiários: As ferrovias não podem avançar sem a resolução adequada dos conflitos de terra, principalmente em estados como Mato Grosso, onde há uma longa história de disputas por terras entre proprietários de terra, comunidades tradicionais e indígenas. Esses conflitos tendem a se intensificar com obras de grande porte se não forem abordados de maneira justa e transparente.

Grandes impactos: Faz-se necessário avaliar os impactos de uma obra em um raio maior que 10 quilômetro, pois muitas vezes eles ultrapassam as previsões técnicas, afetando populações e ecossistemas a grandes distâncias. Isso inclui desmatamento indireto, deslocamento de comunidades e alteração dos ciclos hídricos locais.

Uma análise estratégica e participativa, envolvendo todas as partes interessadas, é essencial para mitigar

esses impactos. Isso incluiria a realização de Estudos de Impacto Ambiental (EIA) abrangentes e consultas públicas verdadeiramente representativas intermediadas pelo Estado.

Propomos uma visão que vai além da simples atualização técnica dos projetos: uma conversão para a Ecologia Integral e o reconhecimento dos Direitos da Natureza como base ética para qualquer empreendimento. Esse pensamento, inspirado por princípios ecológicos e de justiça social, reflete a necessidade de uma mudança profunda na forma como concebemos o desenvolvimento econômico e sua relação com o meio ambiente.

A Ecologia Integral, um conceito amplamente difundido por movimentos ambientais e até por encíclicas papais como a *Laudato Si'*, defende a ideia de que as questões ambientais, sociais, econômicas e culturais estão interconectadas. Quando consideramos os impactos de um projeto de infraestrutura, como uma ferrovia, devemos olhar para o conjunto de relações entre os seres humanos, a sociedade e a natureza. Isso implica pensar não só na eficiência econômica, mas também nos direitos das comunidades locais e na preservação dos ecossistemas.

Direitos da natureza

Respeitar os Direitos da Natureza: Esse conceito sugere que a natureza deve ser tratada como um sujeito de direitos, e não apenas como um recurso a ser explorado. Isso implica que ecossistemas, florestas, rios e a biodiversidade devem ter o direito à preservação e regeneração. Qualquer empreendimento que ameace esses direitos estaria em desacordo com uma ética da ecologia integral.

Planejamento que considere o todo: Não se trata apenas de cumprir exigências ambientais mínimas, mas de pensar em soluções que integrem o desenvolvimento humano e a proteção ambiental. Obras de infraestrutura deveriam ser planejadas com participação dos

grupos impactados para minimizar o impacto ambiental, utilizando tecnologias sustentáveis, traçando rotas que causem menores danos e compensando adequadamente qualquer impacto inevitável.

Justiça social e resolução de conflitos fundiários: Reconhecer os direitos das comunidades afetadas, sejam elas tradicionais, indígenas ou rurais, é parte da Ecologia Integral. Um verdadeiro processo de escuta e participação é necessário para garantir que os interesses dessas populações sejam respeitados e que os conflitos fundiários sejam resolvidos de forma justa, evitando o deslocamento forçado ou a marginalização.

Longo prazo: A conversão para uma Ecologia Integral exige um foco em sustentabilidade a longo prazo. Projetos como ferrovias precisam ser pensados para que seus benefícios sejam duradouros e não causem danos irreparáveis ao meio ambiente. Isso significa avaliar seus impactos sobre o clima, a biodiversidade e as populações humanas não só hoje, mas também nas próximas décadas.

Ao incorporar esses princípios, estaríamos avançando para um modelo de desenvolvimento que não apenas gera “riqueza”, mas também garante que essa “riqueza” seja distribuída de forma justa e que o meio ambiente seja protegido para as gerações. Isso é vital em um contexto como o do Brasil, onde a biodiversidade e os bens naturais são fundamentais para nossa existência, mas também são vulneráveis e finitos.

Justiça Federal define prazo para Funai concluir demarcação de TI assombrada por usina nuclear

Funai e União têm até 180 dias para publicar Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da TI do povo Pankará de Itacuruba; Funai contesta decisão

Por Assessoria de Comunicação – Cimi Regional Nordeste

A Justiça Federal determinou no dia 19 de novembro que a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e a União concluam em 180 dias o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID) da Terra Indígena Serrote dos Campos, do povo Pankará, localizada no município de Itacuruba, sertão de Pernambuco, que segue assombrada pela construção de uma Usina Nuclear.

Só com a publicação do RCID é que a demarcação propriamente dita tem início. A decisão, fruto de uma ação ingressada pelo Ministério Público Federal (MPF), determina ainda a conclusão da demarcação em até 360 dias. Entendendo que há danos morais coletivos pelo atraso no procedimento administrativo, desde pelo menos 2009, a Justiça Federal estipulou indenização à comunidade.

No dia 27 de novembro, a Procuradoria Especializada da Funai recorreu da decisão, que tramita na 38ª Vara Federal de Pernambuco, ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5), com sede em Recife. O órgão indigenista afirma, entre outros argumentos, que a etapa de identificação e delimitação “dura em média quatro anos (SIC)” e que o Poder Judiciário não pode interferir “nos atos discricionários da Administração Pública”.

A cacique Lucélia Pankará recebeu a notícia da decisão enquanto estava no 35º Encontro da Comissão de Professores e Professoras Indígenas de Pernambuco (Copipe), que ocorreu na semana anterior. Mesmo feliz por “uma batalha vencida”, a cacique parecia anteciper o que se concretizou posteriormente: a Funai seguirá sem cumprir com a obrigação de fazer o procedimento administrativo avançar.

Conforme a cacique, a preocupação quanto ao cumprimento da decisão surge em face de um histórico recente. Uma liminar favorável à regularização do território já havia sido emitida em 2018, quando Michel Temer era o presidente, e não foi cumprida por nenhum dos órgãos responsáveis desde então.

Funai e União alegaram na ação que tomaram providências com relação à demanda. No entanto, para o MPF, “há evidente e injustificável demora na conclusão do procedimento de identificação e delimitação de território em favor dos índios Pankará (SIC) acampados na Aldeia Serrote dos Campos, em Itacuruba/PE, o que traz severos prejuízos àquela comunidade”.

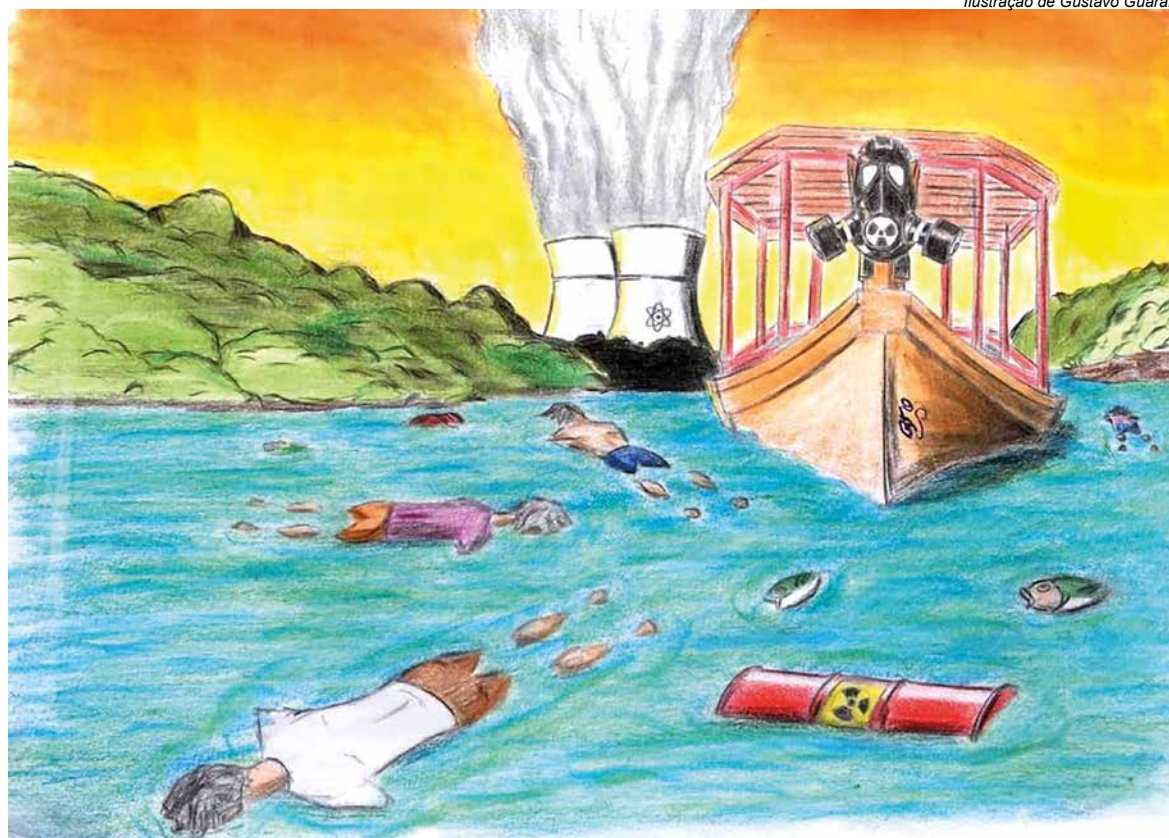


Ilustração de Gustavo Guarani

Desde 2009 a Funai tinha conhecimento das reivindicações dos Pankará de Itacuruba. Ocorre que apenas em 2015 registrou o processo de reivindicação fundiária para o povo. No Plano Plurianual de 2016-2019, o procedimento administrativo da Terra Indígena não estava listado. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconhece “evidente omissão e falta de conclusão de procedimento demarcatório de Terra Indígena” quando não finalizado em um prazo de dois anos.

Usina Nuclear

Localizada às margens do lago da Usina Hidrelétrica de Itaparica e na fronteira com o município de Rodelas, na Bahia, o território indígena segue cobiçado para a construção de uma Usina Nuclear. Nos últimos anos, a discussão sobre a instalação da usina diminuiu em face da situação econômica e política do país, e pelo fato de que este modo de obtenção de energia caiu em desuso.

No entanto, com a demanda pela redução do uso de combustíveis fósseis, a energia nuclear voltou a ser tratada como prioridade pela comunidade internacional, ao lado dos minérios críticos, caso do lítio, e o Brasil voltou a direcionar investimentos para grandes projetos de infraestrutura. Em Pernambuco, políticos fazem lobby pela usina.

Os Pankará não aceitam uma Usina Nuclear no território. “Com certeza a Usina Nuclear - esse projeto que o governo pretende - dificulta muito o trabalho de demarcação da nossa terra. Teve um episódio que ocorreu relatado por um coordenador da Funai. Ele foi chamado pelo Ministério da Justiça para ser orientado a não tratar da demarcação do nosso território porque havia o interesse na área para a Usina Nuclear. Prefeituras foram convocadas, os políticos em Recife tratam do assunto. Aqui não chega nada da Funai, assistência alguma. Imaginamos que seja por isso, por conta da construção dessa usina”, declara Jorge Pankará.



Foto: Manoel Freitas

Cacique Lucélia Pankará de Itacuruba no V Encontro Popular da Bacia do Rio São Francisco

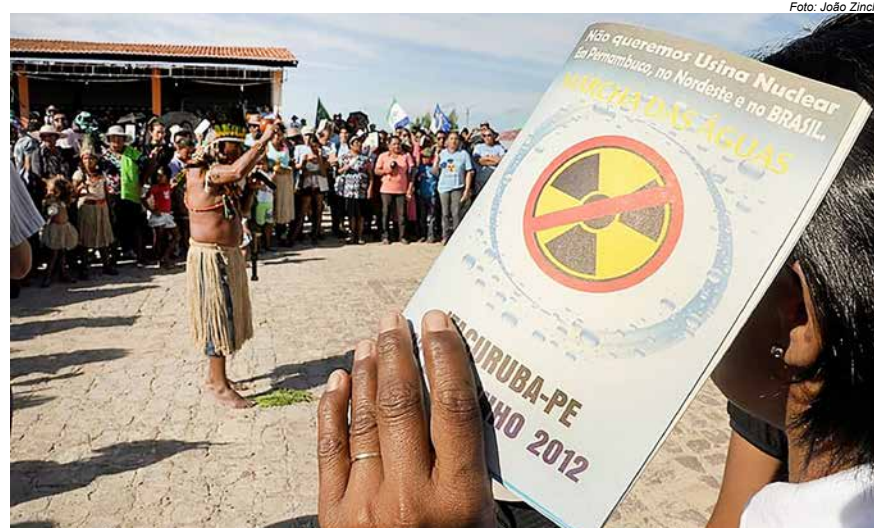


Foto: João Zinclar

Movimentos e organizações sociais protestam há anos contra instalação de Usina Nuclear em Itacuruba



I Encontro de Mulheres no Cimi

Tecendo força e esperança: mulheres do Cimi realizam encontro histórico pela luta indígena

No primeiro evento dedicado às mulheres em 50 anos de história do Cimi, missionárias, colaboradoras e funcionárias transformam partilhas em força, celebrando coragem, memória e a luta por justiça junto aos povos indígenas

Por Assessoria de Comunicação do Cimi

Foi no entrelaçar de vozes e vivências que as mulheres do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) encontraram um espaço para tecer, juntas, o fio da resistência. Em sua primeira reunião dedicada exclusivamente a elas, missionárias, colaboradoras e funcionárias partilharam dores e sonhos, celebrando a força que as une na caminhada ao lado dos povos indígenas. Guiadas pela mística do cuidado e da esperança, redescobriram que a luta começa no acolhimento e se fortalece na memória das que vieram antes.

Entre os dias 16 e 19 de outubro, o Centro de Formação Vicente Cañas, em Luziânia (GO), acolheu o pulsar de mais de 80 mulheres do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) no I Encontro de Mulheres no Cimi. Conduzido pelo tema “Na escuta e na partilha tecemos nossa mística e esperança gestando relações e cuidado”, o Encontro buscou promover um espaço de escuta e confiança entre as mulheres, que durante os quatro dias do evento, partilharam suas experiências, anseios e motivações para fortalecer a caminhada do Cimi junto aos povos indígenas.

Os diálogos e os debates tiveram como fio condutor o autocuidado, o acolhimento, a memória, o pertencimento e a projeção das mulheres no trabalho missionário. Para isso, foram organizadas místicas, rodas de conversa e grupos de trabalho a fim de se refletir sobre as especificidades e os desafios de “ser mulher no Cimi”.

As mandalas produzidas e tecidas durante o Encontro refletiram a centralidade e a circularidade construída em torno das falas e da escuta entre as mulheres que integram o Cimi. No tecimento das seis mandalas, missionárias, colaboradoras e assessoras conversaram sobre o lugar que ocupam na instituição e sobre a importância de se reposicionar politicamente e de se transformar o fazer missionário diante de tantas “armadilhas coloniais”.

“Este encontro, portanto, pensado e sonhado por nós, não é apenas um evento, é a celebração da força, da coragem, da resiliência e da união de mulheres que estão

comprometidas na construção do Cimi, com a transformação social e a defesa dos direitos dos povos originários deste país. Somos uma das faces do feminismo e devemos assumir esta luta e entendê-la em suas especificidades no campo indigenista”, destacou em carta, Alcilene Bezerra, vice-presidente do Cimi.

Organizado pelo Coletivo Nacional de Formação da entidade, o Encontro contou com a participação de missionárias, assessoras, aspirantes e funcionárias dos 11 Regionais da instituição. “Foram praticamente dois anos para preparação deste Encontro, em que a gente foi abrindo os caminhos, as portas para que esse evento acontecesse”, explicou Rosimeire Diniz Santos, missionária do Cimi Regional Maranhão e uma das coordenadoras do Coletivo Nacional de Formação do Cimi.

Para a missionária, “a importância do Encontro se dá no sentido de se criar um espaço entre nós mulheres onde a gente possa se conhecer melhor e falar sobre as alegrias e os desafios vividos no cotidiano da missão. É uma forma de nos mantermos vivas e animadas no trabalho missionário”, enfatizou.

O evento, nesse sentido, possibilitou o que Lídia Farias, missionária do Cimi Regional Mato Grosso do Sul, considerou ser, mais do que um encontro, mas um reencontro com o que as mobilizaram a assumir o compromisso com a causa indígena.

“Todas nós estamos ainda vivendo neste reencontro que o Encontro nos proporcionou. Não nos encontramos apenas, nos reencontramos com aquilo que nos atraiu para o Cimi, o sonho de contribuir para as mudanças necessárias no mundo. No nosso mundo Cimiano, ver o essencial, só é possível com os olhos do coração”, considerou Lídia.

O primeiro em 50 anos

Em mais de 50 anos de existência do Cimi, esta é a primeira vez que as mulheres se reúnem em um evento organizado e destinado a elas. Para Rosimeire, sua realização traduz “a realidade desse tempo que nós estamos

vivendo”, considerou. “Ele se insere nesse contexto mais amplo, onde as mulheres tem aberto e trilhado caminhos para falar sobre si e sobre o trabalho missionário”.

Segundo Ivanilda Torres, secretária adjunta do Cimi, o Encontro ocorre na perspectiva de avaliação dos 50 anos da instituição, que tem se proposto a discutir o papel e a relevância das mulheres em sua estrutura. Para isso, “trouxemos a memória daquelas que nos antecederam, além dos testemunhos de entrega dessas mulheres à causa indígena”.

Para a secretária, o Encontro marca um momento histórico na trajetória da instituição. “Em 50 anos de história do Cimi, um encontro como esse nunca tinha acontecido. Então é um marco”, enfatiza Ivanilda, que ressalta o protagonismo das mulheres nas reflexões sobre cuidado e acolhimento nas relações, bem como na luta contra estruturas coloniais tais como o patriarcado e o machismo.

Para essa luta, as mulheres no Cimi são animadas e inspiradas pela luta das mulheres indígenas, que “tem liderado cada vez mais retomadas e assumido a dianteira de seus povos e movimentos”, lembrou Alcilene. Elas “trazem exemplos e potências quando enfrentam o agro, o garimpo, os pistoleiros, o latifúndio, ou seja, uma ordem masculina violenta, em defesa das entidades femininas: a mãe terra, a comunidade, por fim, a vida”.

Em carta produzida durante o Encontro, missionárias leigas e religiosas, assessoras e colaboradoras do Cimi expressaram a importância de suas lutas contra o sistema patriarcal, parte constitutiva do colonialismo e que “atrapalham o nosso fazer missionário”.

“Nossa luta é pela destruição de todas as formas de opressão, contra nossos corpos, contra os corpos marginalizados por este sistema. Contra ele, usaremos nossa teimosia, ousadia, espiritualidade e o sentimento de comunidade, onde mulheres e homens possam tecer outros caminhos de acolhimento e gestar relações outras, onde o cuidado integral com a vida seja a prioridade”, expuseram, em carta, as mulheres no Cimi.



MULHERES DO CIMI

Reencontros e partilhas em imagens

O I Encontro de Mulheres no Cimi foi um espaço de acolhimento e reflexão, onde mais de 80 mulheres fortaleceram sua luta ao lado dos povos indígenas, por meio da união, partilha de experiências e celebração da memória e da mística de todas as mulheres do Cimi, das que se foram e das que permanecem.

“Este encontro, portanto, pensado e sonhado por nós, não é apenas um evento, é a celebração da força, da coragem, da resiliência e da união de mulheres que estão comprometidas na construção do Cimi, com a transformação social e a defesa dos direitos dos povos originários deste país”, destacou Alcilene Bezerra, vice-presidente do Cimi.

